Entrepalavras - ISSN 2237-6321

Processo de geração de veridicção em um discurso persuasivo da mídia cotidiana: elementos para uma leitura crítica

Maria Angélica Lauretti Carneiro[1]

*A argumentação visa uma escolha entre possí*veis (Perelman, 2005).

Resumo: Neste artigo são analisados alguns aspectos enunciativo-discursivos que constroem posições subjetivas presentes em uma manchete jornalística e uma foto de uma notícia presente no jornal "O Estado de S. Paulo". Focalizam-se as noções de persuasão, tal como é vista pela nova retórica (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005), e a noção de implícito, a partir da teoria da enunciação de Ducrot (1972). Será mostrado que esses conceitos se apresentam indissociáveis no processo de geração de veridicção do discurso e são importantes para o posicionamento crítico diante da leitura.

Palavras-chave: Discurso; Enunciação; Persuasão; Implícito.

Abstract: This paper analyses persuasive strategies at a headline and its illustration in a newspaper new. We focus upon persuasion and implicit in order to describe veridiction processes and subjectivity index. The theoretical framework came from new rhetoric theory (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005) and argumentation study, incremented by enunciative theory (Ducrot, 1972) in order to achieve critical literacy.

Keywords: Discourse; Enunciation; Persuasion; Implicit.

Introdução

Neste artigo, temos por objetivo analisar um jogo persuasivo da mídia cotidiana, que permite transformar a associação, aparentemente neutra, de um flagrante fotográfico e uma manchete jornalística da primeira página do jornal *O Estado de São Paulo* em um poderoso recurso persuasivo, pela mobilização de sentidos implícitos.

Procuramos mostrar que, mesmo que não mantenham relação de indexação entre si, a foto e a manchete principal, dispostas como estão, geram um efeito de sentido veridiccional e persuasivo, pelo tipo de relação que está sendo construída entre ambos os elementos. Buscamos descrever e analisar os mecanismos e as estruturas produtoras da dimensão persuasiva dos discursos que atravessam e integram os sistemas de significação, que mobilizam nossa memória e nosso imaginário e resultam da construção de significados que objetivam a adesão a pontos de vista.

As bases teóricas buscadas advêm da reflexão sêmio-linguística

1 Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Universidade de Sorocaba. Correio eletrônico: mangelicl@uol.com.br.

e da noção de persuasão tal como é vista no Tratado da Argumentação da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), esse último que reata o par retórica-argumentação[2] ao subordinar os efeitos linguísticos à intenção de convencimento.

A nova retórica contribui de forma imensurável para os estudos enunciativo-discursivos, pois trata a língua em seu aspecto mais fundamental: leva em conta o entendimento da enunciação como forma de ação sobre o outro, o que evidencia a tomada da linguagem, não unicamente como instrumento e representação, comunicação ou expressão, mas como modo de provocar a adesão dos espíritos às teses apresentadas, por permitir aos interlocutores instituir entre si uma rede de relações implícitas.

Para sua eficácia, a argumentação, segundo defendem os autores do tratado da nova retórica, supõe uma interação entre os sujeitos, de modo a incitar uma reação para que se desencadeie nos ouvintes (ou leitores) a ação pretendida, ou que pelo menos para que se crie neles uma "disposição para a ação". Particularmente, essa perspectiva contribui para a consciência de que a argumentação assume formas variadas em expedientes que operam na ação persuasiva nos textos verbais ou não verbais.

Com efeito, o discurso persuasivo surge como estratégia retórica que faz determinados argumentos serem dispostos numa sequência capaz de gerar veridicção, ou verdade. De quem enuncia, o processo demanda uma elaboração que possibilita à linguagem ser confundida com a realidade e que permita ao discurso assumir a condição de verdade.

São inúmeros os esquemas persuasivos, a exemplo do recurso ao estilo neutro, tendente a reforçar o crédito dado às premissas: "o estilo neutro aumenta a credibilidade por contraste com o que poderia ter sido um estilo argumentativo mais insistente" (PERELMAN;OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 173).

2 O interesse pela retórica, como a arte de falar em público de modo persuasivo já remonta à era dos sofistas do século V aC, mereceu de Aristóteles um tratado sobre a arte de persuadir, a partir do domínio da razão e do estilo e perdurou no pragmatismo romano, como por exemplo, em Cícero e em Quintiliano. A retórica, como se pode ver, liderou os estudos da linguagem durante séculos e declinou a partir do momento em que se transformou em mera vulgarizadora de técnicas estereotipadas de falar em público de modo persuasivo. Revivificada pelo Tratado da Nova Retórica de Perelman retoma, sobretudo, conforme o próprio autor diz, "as preocupações do renascimento, e consequentemente dos autores gregos e latinos que estudaram a arte de persuadir e de convencer, a técnica da deliberação e da discussão". (PERELMAN;OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.5).

Entrepalavras - ISSN 2237-6321

No texto noticioso há uma tensão histórica que dimensiona o contrato próprio desse gênero, que não desfaz a inter-relação entre comunicar de maneira neutra e persuadir. Se, de um lado, essa neutralidade tem relação estreita com as condições de produção desse gênero, o que é observável em sua própria trajetória histórica e social, já que se propõe a narrar o cotidiano de modo a produzir um efeito de sentido objetivante, de real, em que o enunciador se representa como se fosse neutro, de outro lado, pode-se perguntar por que há interesse no modo neutro de expressão.

Nas formas incontáveis de modalidades, há mais do que se supõe a respeito delas, que não seja apenas o grau de comprometimento do enunciador com suas proposições e os atos de fala que as modalidades engendram. A modalidade é um ponto de intersecção no discurso, entre a significação da realidade e a representação de relações sociais. Tome-se como exemplo já ser um consenso que o uso do modo objetivo, com grau de subjetividade menor, em alguns discursos, projeta como universal a perspectiva de quem fala, o que implica em uma espécie de poder.

Transposta para o discurso da mídia, a neutralidade reafirmaria o caráter de fidedignidade em que esse foi fundado, planificada no texto, por exemplo, pela predileção por modalidades categóricas, ou seja, por asserções mais positivas, o que permite que perspectivas parciais sejam universalizadas.

Mas, se já é consenso que não existe uma escolha neutra, há, sim, uma escolha que parece neutra. Considere-se, à guisa de exemplo do sentido de neutralidade, o largo uso da imagem fotográfica. Conquanto tenha como parceria o efeito do acaso que marca sua produção e seja oferecida como um dado da realidade, é inegável que o sentido produzido pela imagem não prescinde de uma escolha prévia determinada particularmente. Mesmo que os estudos retóricos da argumentação e da persuasão se encontrem mais amplamente circunscritos à linguagem verbal, preponderantemente à fala, essa perspectiva diante dos efeitos persuasivos da argumentação pode servir de suporte para configurações assumidas também pelo discurso não verbal, como é o caso da foto selecionada para análise neste artigo. Com efeito, graças às inúmeras especificidades de produções enunciativas, o discurso visual também pode oferecer excelentes exemplos de construção ambígua do sentido,

conforme procuramos analisar.

Um real em construção: a persuasão

No conjunto exposto abaixo, fica evidente a concorrência por um destaque em primeiro plano entre os dois principais elementos, o título principal: "Pedágio do MST terá inquérito em 12 Estados" e a foto em primeiro plano. A manchete faz referência a uma possível cobrança de pedágio pelo MST; a foto retrata uma rebelião em um presídio. Remetem, pois, a fatos distintos.

SP, RJ, MG, PR e SC: R$ 1,50
Demais Estados: ver tabela na página A4

O ESTADO DE S. PAULO

RUY MESQUITA
Diretor-responsável

Julio Mesquita (1891-1927) Julio de Mesquita Filho (1927-1969) ANO 121 TERÇA-FEIRA SÃO PAULO, 10 DE OUTUBRO DE 2000 Nº 39.074 Francisco Mesquita (1927-1969) Julio de Mesquita Neto (1969-199

'Pedágio' do MST terá inquérito em 12 Estados

Presos mantêm 7 reféns durante motim no Paraná

Presos rebelados na noite de domingo mantiveram ontem como reféns sete funcionários da Penitenciária Central do Paraná, em Piraquara, na região de Curitiba. O governo paranaense rejeitou as exigências dos amotinados e voltará às negociações hoje. Entre os líderes dos presos está Manoel de Oliveira, chefe da maior quadrilha de seqüestradores do País. Pág. C3
■ Em São Paulo, 15 homens armados invadiram o Distrito Policial da Vila Brasilândia, dominaram 5 policiais e provocaram a fuga de 95 presos. Um PM foi morto. Pág. C1

Maluf assume campanha e não mostra denúncias

O candidato do PPB, Paulo Maluf, assumiu o comando da sua campanha, passando a acompanhar pessoalmente o trabalho das equipes de televisão e marketing. Seus assessores não sabem dizer se o can-

Rubens Speltz/AE

Drama no presídio – *O detento Balaião, um dos amotinados em Piraquara, aponta o revólver para a cabeça de um refém ao exigir das autoridades paranaenses recursos para tentar fugir; possível acordo ficou para hoje*

Procurador-geral pediu que Polícia Federal investigue desvios constatados em auditorias feitas pelo Incra

O procurador-geral da Rep blica, Geraldo Brindeir vai pedir à Polícia Feder a abertura de inquérito, em 12 E tados, para apurar a cobranç por parte de cooperativas ligad ao Movimento dos Trabalhador Sem-Terra (MST), de pedágios v riáveis de 3% a 11% sobre todos volumes de créditos concedidos p lo governo como parte do progr ma de reforma agrária. A decisã de Brindeiro foi anunciada depo do recebimento de cópias de aud torias que comprovam os desvi de recursos, realizadas pelo Inst tuto Nacional de Colonização Reforma Agrária (Incra) e pela S cretaria Federal de Controle. Ne sas sindicâncias, o governo invest gou denúncias de desvio em 29 s perintendências do Incra. Depo do inquérito, o Incra vai pedir re sarcimento do dinheiro suposta mente desviado. "Vamos aciona a PF e o Ministério da Justiça p ra apurar as denúncias, a exempl do que fizemos no caso do Para ná", disse Brindeiro. Pág. A1

(Fonte: Jornal O Estado de São Paulo, 10 de outubro de 2000)

Se não estivesse em jogo que o discurso pode tanto expor, como mascarar sentidos, poderíamos considerar a foto, e a todas as outras imagens jornalísticas, como flagrantes fortuitos de acontecimentos e nada mais. Historicamente, a geração do sentido veridiccional no discurso midiático ancora-se no efeito de acaso que recobre a produção fotojornalística.

Além disso, a construção do real pode exprimir-se também por meio dos valores de importância dados aos tópicos hierarquizados nos títulos. A maneira pela qual formulamos o nosso pensamento mostra como algumas modalidades modificam a realidade, a certeza ou a

Entrepalavras - ISSN 2237-6321

importância dos dados do discurso. Portanto, atribuir uma qualidade e pô-la em destaque é, já, escolhê-la entre muitas outras, porque a consideramos característica importante.

É a partir da manchete jornalística que o leitor fará previsões sobre as informações mais importantes que nela estão sendo sintetizadas e descritas. A descrição em toda argumentação "se estabelece contra um pano de fundo do qual se quer destacar o objeto de uma forma que só se torna significativa em função da meta buscada" (PERELMAN ;OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.175).

A estratégia enunciativa de se proceder a uma seleção temática com finalidade de se jogar luz sobre pressupostos de senso comum pode evidenciar uma motivação persuasiva. Disso resulta que a reconstrução de uma intenção argumentativa pode manifestar-se no arbítrio da seleção e ordenação dos dados que envolvem a importância ou interesse do enunciador. Portanto, o discurso persuasivo surge por meio de um recurso retórico que faz determinados argumentos serem dispostos numa relação capaz de gerar veridicção, ou verdade.

A posição dos teorizadores da nova retórica quanto à apresentação dos dados no discurso é bastante clara, quando tratam da ênfase de certos elementos para os quais o orador[3] quer centralizar a atenção, ao permitir-lhes ficar no primeiro plano da consciência, na obtenção da adesão do ouvinte:

> Antes mesmo de argumentar a partir de certas premissas, é essencial que o conteúdo delas se destaque contra o fundo indistinto dos elementos de acordo disponíveis. [...] uma apresentação eficaz que impressiona a consciência dos ouvintes, é essencial não só em toda argumentação visando à ação imediata, mas também naquela que visa a orientar o espírito de uma certa forma, a fazer que prevaleçam certos esquemas interpretativos, a inserir os elementos de acordo num contexto que os torne significativos e lhes confira o lugar que lhes compete num conjunto. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 161).

Se considerarmos que, para o discurso da notícia, algumas formas como a manchete constituem-se em importantes recursos textuais para destaque dado pelo tópico, a fim de que o leitor faça deduções, o

3 Ainda que a nova retórica exceda em muito a retórica clássica, os termos audiência, orador, ouvintes e auditório, evocados da retórica tradicional, são mantidos por seus autores. Neste artigo, sem se pretender incorrer em uma postura reducionista, mas para efeitos de discussão sobre os processos interlocutivos do discurso verbal escrito e não verbal, tais categorias corresponderiam para nós àquelas abstratas, advindas da teoria enunciativa, tais como locutor, enunciador e produtor, interlocutor e leitor.

modo de intitular expressa uma saliência como uma importante marca de agenciamento de um enunciador na construção do que os autores chamaram anteriormente de "pano de fundo". Portanto, ao enunciador reserva-se a prerrogativa de expressão ou atribuição de valores de importância aos tópicos que serão estrategicamente hierarquizados, ou seja, serão agenciados em razão de uma intencionalidade indicativa de um caráter persuasivo. Ao se privilegiar a aparência do real e ordená-la através da inclusão ou da supressão de elementos, em configurações selecionadas dos elementos, fatores subjetivantes estão inevitavelmente intervindo.

De outro lado, ainda, não se pode desconsiderar que existem as coerções impostas a todo discurso, seja pelo espaço, ou por disponibilidade do ouvinte e de seu interesse, que a forma do discurso deve levar em conta, limitações essas determinantes na seleção para o relevo dos elementos.

> O problema genérico da amplitude do discurso repercute imediatamente no espaço que se concederá à exposição dos elementos iniciais, na escolha destes no modo como serão apresentados aos ouvintes. Quem pronuncia um discurso visando à persuasão – ao contrário das exigências de uma demonstração formal, em princípio nada deveria ficar subentendido - deve organizar bem seu tempo e a atenção dos ouvintes; é normal que conceda a cada parte de sua exposição um espaço proporcional à importância que gostaria de ver-lhe atribuída na consciência dos que escutam. (op cit, p. 162-3).

Ao leitor restaria o esforço de apreender que, ao se colocar em evidência as diferentes formas de apresentação de um mesmo acontecimento, já se mostra que existe uma argumentação nas seleções feitas. A motivação social para uma escolha temática é planificada de acordo com as interpretações que acontecem dentro de significações culturais, políticas ou ideológicas, o que supõe o fundamento da linguagem, ou da impossibilidade de representar uma relação especular com o mundo, já que a linguagem deve ser entendida como uma re-construção do real agenciada de forma simbólica.

Numa produção do real, a técnica fotográfica assegurará o simulacro visual de um acontecimento, ao mesmo tempo em que "apagará" o sujeito autor que flagrou a cena. Mas se a questão que abordamos é que no próprio processo de construção da cena enunciativa revela-se um sujeito da enunciação, no exemplo em questão, o enquadramento e a diagramação da fotografia na primeira página em

Entrepalavras - ISSN 2237-6321

conjunção com a manchete principal funcionarão discursivamente na construção de um novo sistema significante, resultante de uma espécie de manobra do autor.

Destarte, esse modo de geração de sentido evocado pela reunião da foto com a manchete não se trata de uma proximidade física e de um destaque neutros conferidos a dois sistemas de comunicação independentes. A equação tendenciosamente empregada resultaria, para o leitor, no movimento imediato de associação analógica título/ foto, cujos objetos referenciais são passíveis de ser desvendados pelo conteúdo da legenda, que situa a foto em seu contexto originário, ou pela leitura da notícia cujo destaque dado é menor.

Se o estilo neutro aparece ancorado e imiscuído na historicidade inerente a todo texto noticioso, nesse conjunto aqui analisado, outro importante recurso retórico opera na construção da persuasão, a analogia. O valor argumentativo de uma relação analógica, endossado pela nova retórica, evidencia-se como uma "similitude de estruturas" (PERELMAN ;OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 424). O sentido implícito atravessa o tipo de relação que se estabelece entre os dois principais elementos dispostos em foco nessa primeira página: os invariáveis conflitos resultantes dos movimentos do MST e o detento rebelado em ostensiva empunhadura da arma com a qual subjuga outro homem.

Perdida de vista a interação que leva a integrar elementos que adquiririam significados isolados, se não se devesse pensar no tema em que eles ganham nova significação, a analogia nesse caso causa um efeito persuasivo poderoso e desejado de "plausividade"(PERELMAN ;OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 432).

Mobilizados os pressupostos sociais e as figuras socialmente compartilhadas, há um empreendimento imediato do leitor para uma relação analógica, por intermédio da contaminação de traços caracterizadores do discurso político e social (conflitos do MST) e do discurso da violência (homem armado e o refém)[4].

Um efeito de sentido veridiccional: o implícito

A interrelação analógica entre a figura do indivíduo de dentes

4 Para a lógica clássica, ressignificada pela nova retórica, o essencial, numa analogia, é que a confrontação do tema com o foro "não implica, em absoluto, que haja uma relação prévia entre os termos de um e do outro" (PERELMAN ; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.429).

cerrados, de arma em punho e em ameaçadora postura, mediada pelos termos "Pedágio" e 'MST", articula e reinstaura um paradigma ideológico forjado historicamente no imaginário popular que surge reabilitado em pressupostos implícitos aparentemente desativados.

São muitas as disciplinas do campo da Linguística que proporcionam elementos para uma reflexão a respeito das formas engendradas pela linguagem de modo a caracterizá-la como um ato persuasivo.

Considerando-se que até aqui interessou compreender o funcionamento desse sistema exposto como informativo neutro e referencial, resultando na construção para um direcionamento, por analogia, de sentidos de forma a persuadir, é a Oswald Ducrot (1972, 1987) que podemos recorrer para complementar a análise.

Uma das maiores contribuições do autor da teoria da semântica enunciativa reside justamente no estudo da natureza persuasiva da linguagem, apontando tanto para o papel dos implícitos e dos pressupostos, como para a dimensão polifônica da enunciação.

A polifonia bakhtiniana (1981) foi sistematizada por Ducrot para estudo dos enunciados nos quais, no discurso de um mesmo enunciador, é possível perceber várias "vozes". Com efeito, é a Ducrot que se credita a distinção entre sujeito falante e locutor de um enunciado em que o primeiro desempenha papel do indivíduo produtor do enunciado, e o segundo, corresponde à instância que assume a responsabilidade do ato de linguagem e que podem ser coincidentes ou não. Ou seja, há uma distinção entre os seres discursivos abstratos, locutor e enunciadores; ao primeiro é possível colocar em cena enunciadores aos quais o locutor pode associar-se ou dissociar-se no que tange aos diferentes pontos de vista.

Em sua obra, "Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer" (1972), Ducrot expõe uma confrontação entre a lógica e a linguagem que não seja nem a redução de uma à outra, nem a constatação de uma heterogeneidade total. A língua, para o autor, comportaria de forma irredutível toda espécie de relações inter-humanas, todo papel que o locutor pode escolher para si e impor ao destinatário, o que significa considerar que a função da língua não pode reduzir-se à transmissão da informação e que, portanto, as relações intersubjetivas não se reduziriam à mera comunicação.

Entrepalavras - ISSN 2237-6321

O implícito para Ducrot repousaria sobre uma espécie de "astúcia" do enunciador que procura dirigir, à distância, o destinatário para dentro do seu jogo, por intermédio de dados suscetíveis de levá-lo à determinada conclusão. Ao empregar o termo "manobras estilísticas", que vem associado ao movimento de implicitar, Ducrot apresenta o implícito como um "dizer, sem ter dito" que se funda numa condição em que as manobras somente podem ter sucesso "quando não são reconhecidas, quando o destinatário não se dá conta do ardil do qual é objeto", porque de fato é permitido ao locutor negar ter dito, posto que não o disse de fato (DUCROT, 1972, p.22).

Em vista disso, o problema geral do implícito estaria no movimento enunciativo de saber como se pode dizer algo, sem, contudo, tomar para si a responsabilidade de tê-lo dito. Mais ainda, a significação implícita pode ser "posta sob a responsabilidade do ouvinte: este é tido como aquele que a constitui, por uma espécie de raciocínio, da qual em seguida ele tiraria, por sua conta e risco, as consequências possíveis." (Idem, 1972, p. 20). Uma segunda origem possível para o implícito, segundo Ducrot, repousa sobre o fato de que uma informação que fosse explícita ou determinável "seria passível de eventuais objeções dos interlocutores" (Idem, p.23).

> O melhor seria dizer que o locutor, no momento em que visualiza a possibilidade de uma certa fala, representa-se ao mesmo tempo, dada a sua experiência linguística, as consequências que o ouvinte delas tirará: seus possíveis atos de enunciação lhes aparecem acompanhados de uma certa imagem antecipada de seu efeito eventual. Daí, a tendência dele para escolher as palavras que permitam produzir as consequências que deseja – sem, no entanto, ver tais palavras como meios de obter fins previamente definidos. (DUCROT, 1972, p. 23).

Tal postulado defendido a partir da teoria da enunciação importa aqui na medida em que se pode perceber seu eco articulado ao efeito próprio da natureza atribuível à instância de produção do texto noticioso. Implica na compreensão da condição de produção desse gênero textual, historicamente proposto a narrar o cotidiano de modo a produzir um efeito de sentido de real, como se fosse neutro, o que permite ao enunciador representar-se sem o ônus da responsabilidade.

Essa é a metáfora da tensão que dimensiona um contrato validado que não desfaz uma inter-relação entre comunicar de maneira

isenta, mas também fazer aderir a certo universo de sentido, que pode ser mostrado por indicações implícitas e que se planificam através da própria enunciação que as suporta.

Arranjados os dois elementos acima expostos — a foto e a manchete — em uma disposição revestida da casualidade imposta pela cena enunciativa que o discurso da mídia jornalística engendra, a relação implícita que decorre de sua combinação resulta em um pretenso instrumento persuasivo. O flagrante fotográfico e a manchete evidenciam implícitos ressuscitados que reiteram pressupostos e crenças comuns, apresentados numa formulação silogística: "MST", logo, "corrupção e violência irrompida", jogo enunciativo esse que permite deixar entender sem acarretar a responsabilidade de ter dito. Fica assim instaurado entre os interlocutores, nessa rede de relações, o implícito da tese de Ducrot.

Considerações finais

Cumpre dizer que cada enunciação se liga a um conjunto de significações implícitas e que a adesão a certos modos linguísticos-enunciativos é normalmente a expressão de tomadas de posição implícitas, que, segundo o tratado da nova retórica, "não são nem o reflexo de uma realidade objetiva nem a manifestação de uma arbitrariedade individual" (Perelman 2005, p. 580).

Entretanto, como vimos, o efeito do posicionamento do enunciador não se furta de suscitar no leitor uma impressão de posição frente à verdade, como resultado de uma intenção de convencimento.

Por outro lado, nunca é demais considerar que, ao supor que a delimitação do alcance da persuasão implica no movimento dialético fundamental de todo discurso, e que uma troca, por conseguinte, sempre adequará um discurso à postura ideológica de sua audiência, significaria que nem sempre uma postura é imposta somente pelos seus produtores. É um desdobramento que Perelman e Obrechts-Tyteca admitem, quando defendem que a "extensão do auditório" é o que condiciona em certa medida os processos argumentativos

> é, portanto, a natureza do auditório ao qual alguns argumentos podem ser submetidos com sucesso, que determina, em ampla medida, tanto o aspecto que assumirão as argumentações quanto o caráter, o alcance que lhes serão atribuídos" (PERELMAN ;OBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 33).

Entrepalavras - ISSN 2237-6321

Ora, seriam exatamente esses os aspectos convergentes das perspectivas de Ducrot e de Perelman direcionados para uma mesma pressuposição que se encontra na origem das trocas enunciativas, persuasivas e polifônicas. Se as interpretações se dão, prévia e indissoluvelmente, dentro de um código cultural, o significado, portanto, não repousa somente no sentido do enunciado, mas no conjunto de condições que devem ser satisfeitas para sua empregabilidade.

Mas, seguindo o pressuposto perelmaniano, consideremos que para haver um discernimento do leitor para o uso argumentativo de um discurso e de seu agenciamento ideologicamente determinado, "é importante, pois, conhecer as palavras ou as expressões de que o orador poderia ter-se servido e às quais ele preferiu a palavra utilizada" (Idem, Ibidem, p.170). Ou seja, tomar consciência da persuasão e do sentido implícito habilita o leitor para uma tomada de posição crítica.

Eis, portanto, que ao leitor restará distanciar-se dos discursos e perceber quais pressuposições sociais determinam as modalidades veridiccionais que os constituem, e ater-se à evidência de que recontar seletivamente uma narrativa instancia de modo estratégico um expediente para a persuasão. Sobretudo, o leitor haverá de reconhecer que, nos modos de se recontar, somente uma parte dos consensos de significação é mantida.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Michail (VOLOSHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo:Hucitec, 2 ed., 1981.

DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica linguística (dizer e não dizer).** Tradução de Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

_____. **O dizer e o dito**. Campinas : Pontes, 1987.

PERELMAN, Chaïn. Argumentação. In: **Oral/escrito-argumentação**. Enciclopédia Einaudi, vol. 2 Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

_____; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão – 2. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Recebido em 21 de novembro de 2011.
Aprovado em 05 de abril de 2012.